

PATRIMÔNIO CULTURAL EM RIO GRANDE: A VILA SANTA TEREZA

TOMÁS MENDES DA SILVA *

RESUMO

O presente texto aborda a história da Vila Santa Tereza como um patrimônio cultural da cidade do Rio Grande; para tanto, trabalha-se com noções/conceitos de patrimônio e de memória.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio; cultura; memória; Rio Grande; Vila Santa Tereza

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Com a fortificação lusitana Jesus-Maria-José, a cidade do Rio Grande tem como data de fundação o dia 19 de fevereiro de 1737. Segundo Martins, “a construção do forte foi feita em uma restinga na Laguna dos Patos” (1997, p. 16).

Durante a ocupação espanhola (1763-1776), Rio Grande teve a sua pequena economia arruinada, e só viria a recuperar-se, com grandes dificuldades, após a desocupação; inicialmente, com agricultura de subsistência e a criação de mulas e cavalos (QUEIROZ, 1987, p. 142). Contudo, de acordo com a historiadora Maria Luiza Queiroz, quando a Coroa Portuguesa perde o controle sobre a Colônia do Sacramento, inicia-se o processo de produção do charque gaúcho, o qual será escoado pelo porto do Rio Grande. Como consequência do desenvolvimento econômico da cidade, houve uma crescente expansão urbana que, no século XIX, atraiu muitos industriais estrangeiros. O local onde atualmente se encontra a vila Santa Tereza nada mais era, nesse contexto, que baixios alagados.

A criação da comunidade propriamente dita está relacionada com o nascimento do que hoje denominamos Porto Novo. A inauguração deste ocorreu em 15 de novembro de 1915, mas o processo se desenrolou desde as últimas décadas do século XIX.

* Acadêmico do curso de História – Licenciatura – FURG.

Para a execução do projeto portuário (área onde se destacavam norte-americanos e europeus) foi aberta, em 1887, uma concorrência pública, que contou com a participação de grandes empresas internacionais, as quais já disputavam as novas instalações. Quem vence a licitação é uma companhia francesa denominada Société Anonyme Franco-Brésilienne de Travaux Publics, mas a “intenção [...] (construção de um porto marítimo no Rio Grande do Sul) [era] dificultada pelas restrições em todo o litoral gaúcho, inviabilizando inicialmente a instalação de portos devido a pouca profundidade, assim como a manutenção da mesma” (MARTINS, 1997, p. 18).

O autor ainda cita dois fatores possíveis que vieram a interromper o contrato com a sociedade francesa: a Revolução Federalista, ocorrida no estado gaúcho entre os anos de 1893 e 1895, e o argumento contra a empresa, o qual afirmava que a mesma não teria a experiência necessária para adaptar o projeto à realidade local.

Somente na primeira década do século XX a ideia de um novo porto foi retomada. Por meio de um decreto estadual de 1906, firmou-se contrato com o engenheiro Elmer Lawrence Corthell, norte-americano, criador da sede nos Estados Unidos da Cia. Port of Rio Grande do Sul. Corthell já era conhecido por sua participação em obras no rio Mississipi. Já com a autorização para o financiamento das obras, ele recebeu a incumbência de aterrar a área e construir o porto, também ficando responsável pela dragagem do canal de acesso e a construção de dois grandes braços de pedra na desembocadura da Laguna dos Patos. Entretanto, “o engenheiro Corthell não conseguiu nos Estados Unidos o capital indispensável e teve que recorrer a capitalistas europeus, conseguindo em Paris, sendo então criada a Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul” (NEVES, 1980, p. 41). Ainda com o norte-americano como responsável pelas construções, em fins de 1908, chegavam os mestres de obras e operários especializados vindos da França.

O projeto inicial, tratado com Corthell, pretendia construir o novo porto ao sul da cidade, no Saco da Mangueira, sendo isso oficializado na forma de decreto. Porém, contrariando o decreto nº 6.848, de 11 de fevereiro de 1908, a Cie. Française transferiu a construção para a área da Ilha do Ladino, extremo leste da cidade. Eis que surgem os nomes de Hector Legru e Percival Farquar, dois franceses que, entre dezembro de 1908 e março de 1910, adquiriram de diversos proprietários a grande área onde seria construído o novo porto. Não restou à empresa alternativa senão “comprar deles, com valores atualizados, os terrenos que haviam sido adquiridos [...] a um preço bem menor” (MARTINS, 1997, p. 21), beneficiando Legru e Farquar. Em contrapartida, o

Governo Federal autorizou, com areia dragada, o aterro em vasta esplanada da área atrás do cais, e esses terrenos ganhos foram vendidos em parte pela empresa.

O contrato firmado entre a Cie. Française e o Governo Federal permitiu, além da renda líquida de 6% ao ano do capital empregado, a concessão de uso e gozo pela empresa sobre o porto durante 67 anos. Porém, não atingidos os 6%, deveria o Governo ser responsável pelo ressarcimento, elevando as taxas portuárias. E, cobrando taxas menores, o porto de Montevideú começava a interessar mais ao comércio gaúcho. Mas, além de pertencer a outro país, esse porto estava distante da região produtora, levando o Governo do Rio Grande do Sul a lutar pela encampação do Porto local, fato concretizado por decreto federal em 1918:

Pelo decreto n.º 3543, de 25 de setembro de 1918, assinado pelo Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes, foi autorizado a permitir a Compaigne Française du Port of Rio Grande do Sul a transferir seus contratos relativos à Barra e Porto do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul (NEVES, 1980, p. 55).

Por fim, a Cie. Française foi induzida a entregar todo o seu patrimônio ao Estado do Rio Grande do Sul, o qual ficou responsável por pagar as indenizações à empresa.

Em 1917, com capital norte-americano, na nova área aterrada da cidade, instalou-se o Frigorífico Swift do Brasil, num terreno vendido pela ainda proprietária Cie. Française. Com a possível condição de abate de 1.000 reses por dia, foi necessária uma enorme quantidade de mão-de-obra, “atraindo elementos de outros municípios, transformando todo o terreno recuperado pela Cie. Française numa gigantesca favela, conhecida na época como Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas, em lugar do bairro planejado pelos engenheiros franceses” (NEVES, 1980, p. 60).

Duas décadas depois, na data de 7 de setembro, foi fundada a Ipiranga S/A (Cia. Brasileira de Petróleos). Anteriormente, havia em Uruguiana a Destilaria Rio-Grandense de Petróleo S/A. A matéria-prima entrava pelo porto de Buenos Aires, circulando em território argentino para chegar ao Brasil. Porém, o governo do país vizinho proibiu a reexportação de petróleo em seus domínios. Segundo Francisco Martins Bastos, os empresários de Uruguiana acreditavam ser mais viável a construção de uma refinaria de petróleo na cidade do Rio Grande, para receber e refinar o petróleo, reduzindo, assim, os custos.

Inicialmente havia a intenção de se instalar a refinaria em frente ao porto, junto à Cia. Swift, numa área de quatro hectares cedida pelo governo estadual. Entretanto, conforme decreto-lei do Governo Federal, a área já estava destinada a um plano de urbanização. Foi preciso, então, procurar outro local que pudesse oferecer condições como: fácil ligação ao cais do porto, água potável, rede elétrica e acesso rodoviário à cidade. Conforme Bastos, o uso da área onde está a atual refinaria só foi possível devido ao grande esforço empreendido pelo então prefeito Antonio Meirelles Leite, que, como representante do poder executivo municipal, adquiriu 18 hectares no terraplano oeste ao preço de cinquenta contos de réis, cedendo 12 para a reforma. Além disso, por se tratar de um banhado, foram necessários 120.000 metros cúbicos de aterro para que fosse possível a instalação.

É interessante observar que, desde então, apresenta-se uma tendência de especialização, do espaço urbano, uma vez que estas indústrias localizam-se ao sul do centro histórico, junto ao Porto Novo, sempre próximas às margens que permitiam acesso da navegação e captação de águas (SALVATORI et al., 1989, p. 33).

Considera-se, por uma questão de referência espacial, de fundamental importância a citação sobre a instalação dessas indústrias ao redor do porto, tendo em vista que praticamente elas delimitaram a área que viria ser a Vila Santa Tereza.

As “casas pretas” eram residências construídas pelos franceses destinadas aos ocupantes de cargos superiores, mestres de obras e operários especializados. Foi o primeiro marco de referência quanto a moradias, compondo-se de vinte e uma casas grandes de madeira. As casas verdes formavam na época a chamada Vila Verde (atual rua Carlos Vignoli), totalizando 40 casas pequenas e simples em comparação às anteriores. Poucas das casas originais ainda existem e se encontram em precárias condições.

A população que residia nas “casas pretas” era inicialmente formada por estrangeiros e suas famílias; hoje não existem remanescentes destes no local (agora chamado Vila da Naba). Os moradores da Vila Santa Tereza são, em sua grande maioria, descendentes dos moradores deslocados das imediações do porto na primeira metade do século XX.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Entende-se patrimônio cultural como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais que permite a cada segmento social apropriar-se do passado, compondo imagens de sua identidade, quer individual ou coletiva. Destituído de critério único, objetivo e universal, o conceito engloba bens culturais não consagrados, expressões e fazeres das classes populares, bem como a identificação de elementos coletivamente importantes em nossa sociedade, além do tradicional patrimônio histórico e artístico.

As comunidades são caracterizadas por manifestações e expressões culturais. Para divulgação e participação da comunidade, como forma de envolvê-la, é necessário criar mecanismos, trabalhando a valorização, preservação ou a reutilização do patrimônio cultural, permitindo-lhe consciência de si mesma e a revitalização das tradições.

A questão do patrimônio não é uma invenção moderna. Ao contrário, é um conceito que permeia a vida humana desde a “pré-história”, quando “o sentido do sagrado intervém convidando a tratar certos objetos, certos lugares, bens materiais, como escapando à lei da utilidade imediata” (FONSECA, 2005, p. 54). Fonseca ainda diz que, na Idade Média, a aristocracia projetava nos seus castelos e em outras representações de suas linhagens um sentido de símbolos de sua continuidade, e por isso tornavam-se objetos de preservação.

As primeiras medidas de preservação, empreendidas por papas por meio de bulas no século XV, visava à proteção de edificações antigas e cristãs. Aparece também nesse contexto o tratamento de vestígios da Antiguidade greco-romana. Todavia, o amor à arte e ao saber histórico não foi suficiente para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação, sendo necessário o surgimento de ameaças concretas de perda de monumentos para que a preservação se tornasse um tema de interesse público.

Em 1721, o rei Dom João V determinou por meio de um alvará a realização de um inventário, identificando o patrimônio edificado existente em Portugal, para evitar sua destruição. Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, “a ideia de passado permanece mais arraigada à necessidade de preservar a tradição não-industrial, a pregar certo *revival* do passado e a tomá-lo como parte de seu cotidiano moderno” (MENESES, 2004, p. 35).

Já na França do século XIX, como contraponto da modernidade industrial, toma força uma ideia musealizadora das construções do passado, que devem ser guardadas e preservadas. O marco dessa preocupação francesa com as edificações pode ser situado em 1837,

ano em que é criada a primeira comissão de monumentos históricos, que passa a estudar os remanescentes da Antiguidade, prédios religiosos da Idade Média e castelos.

Após a Primeira Guerra Mundial surge uma política internacional de preservação, propondo unificar conceitos e critérios na defesa do patrimônio, além da necessidade da recuperação das edificações comprometidas durante o conflito. A Carta de Atenas, documento resultante da Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos, constitui um marco na definição de diretrizes para a questão de reconstrução de edificações deterioradas. Muitas outras reuniões internacionais seguiram-se, das quais se destacam as decisões de se considerar as obras monumentais de cada povo como patrimônio da humanidade, bem como a necessidade de delegar a responsabilidade pela preservação do patrimônio histórico aos poderes locais.

Intensifica-se na década de 1910, no Brasil, a necessidade de se preservar o patrimônio histórico-arquitetônico. Ocorre ao mesmo tempo um movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção dos bens culturais, em meio às remodelações urbanas influenciadas pelo ideário europeu. Valoriza-se o patrimônio enquanto representação material da nação.

A criação de patrimônios nacionais serviu para criar referências comuns a todos que habitam o mesmo território, passando a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. Agora sendo uma construção social de extrema importância política, a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, o que envolve exclusões, significando também algo construído para ser representação do passado histórico e cultural de uma sociedade.

A ideia de posse coletiva como parte do exercício de cidadania inspirou a utilização de uma identidade nacional e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados Modernos. Nesse sentido, veio a cumprir inúmeras funções simbólicas, como:

- Reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens;
- A noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa identidade ideal que é a nação, simbolizada também por obras criadas expressamente com essa finalidade (bandeiras, hinos,

calendários, alegorias e mesmo artistas plásticos). A necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional;

– Os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder local;

– A conservação desses bens – onerosa, complexa e, freqüentemente, contrária a outros interesses, públicos ou privados – é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos.

No século XX, com o surgimento dos *Annales*, ampliou-se a noção do patrimônio; aos poucos “começam a serem introduzidas nos patrimônios as produções dos esquecidos pela história factual, mas que passaram a ser objeto principal de interesse da história das mentalidades: os operários, os camponeses, os imigrantes, as minorias étnicas etc.” (FONSECA, 2005, p. 70).

Contudo, na segunda metade do século passado, surge um novo imperativo perante as políticas de patrimônio: a adequação a um consumo cultural de massa. Essa ampliação, que influenciou critérios de conservação e restauração, tornou mais evidentes as expectativas estéticas, por parte desse público, pois “aos olhos da multidão, apenas o que é novo e intacto é belo” (FONSECA, 2005, p. 6). De acordo com Funari e Pelegrini, uma perspectiva quanto ao patrimônio começou a emergir a partir das últimas décadas do século XX. Passou de uma visão reducionista, em que só era representado por recortes cronológicos arbitrários, episódios militares e personagens emblemáticos, para uma visão mais abrangente.

No Brasil, somente em meados dos anos 70 passam a ser estudadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) as manifestações populares, culturais e artísticas. Essa mudança se deve à divulgação mundial dos valores e referências internacionais da noção de patrimônio, a partir da criação do conceito de “patrimônio cultural da humanidade” pela UNESCO:

Valorizam-se, então os bens culturais não consagrados, expressões e fazeres das classes populares, cujos elementos conferem particularidades à nação. Buscou-se, ainda, analisar os bens integrados aos seus sistemas, relacionando-se ao seu habitat, sem os tratar como obras autônomas, atentos às transformações cotidianas (FONSECA, 2005, p. 259).

Entretanto, em décadas anteriores, modernistas como Mário de Andrade já demonstravam preocupação com a valorização do patrimônio brasileiro. Para democratizar a cultura e despertar na população o sentimento de apego as coisas nossas, Andrade via como contribuição a divulgação de produções artísticas, tanto eruditas como as populares. Tendo acesso a essas produções, a população obteria o que antes era reservado para as elites – a fruição estética.

Os intelectuais, com um papel de extrema importância na construção dos patrimônios culturais, encontram dois desafios pela frente: o primeiro, de selecionar bens móveis e imóveis que, como reforços de uma identidade nacional, funcionem como propiciadores de um sentimento comum de pertencimento; o segundo desafio é que se aceite como consensual a atribuição de determinados valores a esses bens. Ou seja, de uma forma não-arbitrária, buscar o consenso e incorporar a diversidade. Contudo, em determinado período, essa política passa a ser criticada e seu caráter nacional contestado, pois faz referência somente às produções das elites.

Por outro lado, Ana Beltrão aponta como um problema para a política de preservação a difusão das demandas da sociedade em relação à cultura. Falar de uma demanda social em termos da constituição de um patrimônio é bastante problemático, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, na qual, ao lado da pluralidade dos contextos culturais, existem profundas desigualdades econômico-sociais e a autonomia de uma esfera cultural nem sequer faz sentido para alguns grupos da sociedade nacional (BELTRÃO, 2002, p. 24).

A autora ainda diz que se deve, por uma política pública de preservação, não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos da diversidade cultural brasileira e a abertura à participação social na produção e na gestão do patrimônio, mas também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população. Democratização implica, nesse sentido, considerar um conjunto de ações, visando a “desprivatizar” esse campo. E, para se abordar essas questões, talvez o mais indicado seja o trabalho com a memória; entretanto, talvez esse conceito seja o mais difícil de ser discutido, pois a memória não está nas coisas, mas na relação estabelecida a partir destas. Pode, sendo retrospectiva e prospectiva, fornecer a cada um de nós uma perspectiva para a interpretação das nossas experiências no presente e para a previsão do que virá a seguir. Todavia, destaca-se que a memória só tem sentido se for atualizada.

Patrimônio transmite a ideia de posse, de propriedade. Já a memória, por sua vez, num sentido figurado, se empresta a ideia a um fato qualquer e há em geral uma tendência a se tornar isso como

“juntar” ou “guardar” coisa. Ambos os conceitos têm estreita relação de dependência, ou seja, um dá sentido ao outro. Izquierdo, citado por Suzana Gastal, diz: “memória é o que nos identifica como algo. É o que nos identifica como indivíduos, é o que realmente nos dá identidade” (GASTAL, 2002, p. 72).

Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica reconhecimento de quanto é vulnerável perante a ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. Com frequência a ação política invoca o concurso da memória, seja para afirmar o novo, porque a eclosão deste dela depende, seja para ancorar no passado em marcos fundadores especialmente selecionados (CHAGAS, 2000, p. 141).

Como parte integrante da memória social, o patrimônio entra no campo do conflito simbólico da sociedade, onde se realiza o jogo memória/esquecimento, que na maioria das vezes é vencido pelos segmentos sociais dominantes que podem impor sua memória como a de toda sociedade.

Candau afirma que o patrimônio é produto de um trabalho de memória que, com o passar do tempo e segundo critérios muito variados, seleciona certos elementos herdados do passado para incluí-los na categoria dos objetos patrimoniais: “ningún elemento patrimonial tiene sentido fuera del vínculo com las sociedades implicadas com él” (CANDAU, 2002, p. 90). E quanto à relação existente entre memória, patrimônio e identidade, ele afirma: “Se puede considerar que ciertas acciones de patrimonialización son constructoras de memorias y de identidades” (p. 118).

Por fim, chega-se à conclusão de que as diferentes memórias, o acúmulo de saberes, os espaços que somam valores cognitivos, formais, afetivos e pragmáticos, são importantes ferramentas na constituição da história da população de um determinado local, daí a necessidade de preservá-las. A partir dessas concepções, apresenta-se a Vila Santa Tereza como um reduto de memória da história da cidade do Rio Grande e, como tal, um patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Francisco Martins. *Ipiranga. Nossa história*. Rio Grande, [s. d.] [mimeo.].

MARTINS, Solismar Fraga. *A visão dos moradores sobre o planejamento urbano: um estudo do Bairro Santa Tereza*. Rio Grande, 1997. Dissertação [Mestrado em Educação Ambiental] – Universidade Federal do Rio Grande.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. *A importância do Porto do Rio Grande na economia do Rio*

Grande do Sul (1890-1930). Curitiba, 1980. Dissertação [Mestrado em História do Brasil]. Universidade Federal do Paraná.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. *A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

SALVATORI, Elena et al. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, v. 51, n. 1, 1989.